

Prevenção Primária

Objetivo Geral

Disponibilizar orientações gerais relativas a procedimentos que promovam e facilitem a atuação dos intervenientes da educação através dos canais de sinalização.

Fatores de Risco / Perigo

Estes conceitos aplicam-se a todos os tipos de situações de maus tratos e definem uma diferenciação de gravidade.

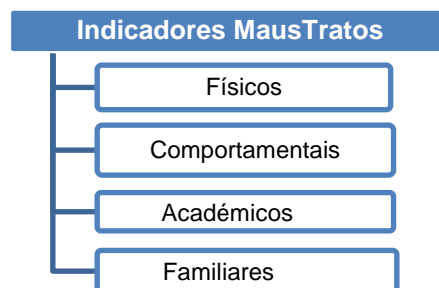
Situação de vulnerabilidade tal que, se não for superada, pode vir a determinar futuro perigo ou dano para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança.

Probabilidade séria de dano da segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral da criança, ou já a ocorrência desse dano, quando essa situação é determinada por ação ou omissão dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ou resulte da ação ou omissão de terceiros, ou da própria criança, a que aqueles não se oponham de modo adequada a removê-la.

A escola, intervém nas situações de risco e de perigo enquanto as CPCJ na sua modalidade restrita, centram a sua intervenção apenas nas situações de perigo. Acresce no entanto as responsabilidades destes dois tipos de entidades quanto à prevenção primária de todas as situações de maus tratos.

Maus tratos

Os maus tratos em crianças e jovens dizem respeito a qualquer ação ou omissão não accidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima.



Físicos - São sinais observáveis em partes do corpo da criança, resultantes de comportamento de negligência e/ou violência de outrem.

Comportamentais - São sinais provenientes de reações comportamentais e/ou emocionais da criança que são consequência de maus tratos físicos ou outras situações de perigo.

Académicos - São sinais provenientes de maus tratos ou situações de perigo que têm consequências diretas nos resultados escolares.

Familiares - São sinais que incidem sobre o comportamento e atitudes que manifestam em relação à criança, assim como a sua participação na proteção, cuidados e educação da criança.

Sinalização

Finalidade

A Sinalização tem como finalidade o início da intervenção por parte das escolas ou do processo de promoção e proteção pelas CPCJ.

Identificação do caso

Informação mínima para a identificação e localização da criança assim como um perfil inicial da situação familiar do mesmo.

Indicadores de Risco Observados

Será efetuada o registo do mínimo de indicadores ou fatores de risco observados, acrescentando, se necessário a sua frequência.

Dados da Sinalização

Deve constar a identificação (nome, apelido e cargo) do sinalizador.

- Titular da Turma
- Diretor de Turma
- Assistente Operacional, que permita uma identificação indireta para efeitos exclusivos de colaboração interinstitucional ou interdepartamental. Não pode resultar de qualquer sinalização o perigo para a integridade física da criança.

Elaborado por Maria do Carmo Oliveira

Pode consultar a Legislação:

- Lei 147/99 de 1 de Setembro- Lei de Proteção de Crianças e Jovens (com as alterações da Lei 31/2003 de Agosto)

- Guia para profissionais da Educação

http://www.cnpcjr.pt/guias/Guia_Educacao.pdf

- Estatuto do Aluno e da Ética Escolar

<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/09/17200/0510305119.pdf>



Contatos:

Câmara Municipal de Vidigueira
Praça da República

7960-225 Vidigueira

Telefone: 284 437 412
Telemóvel: 925 779 779
e-mail: cpcj@cm-vidigueira.pt

Como Sinalizar?

Proteção de Crianças e Jovens
em Risco/Perigo



"Se transmitirmos a todas as crianças que elas são seres humanos com valor merecedoras de amor, se encorajássemos os seus talentos e habilidades e os ensinarmos a pensar de um modo que criemos experiências positivas então numa geração transformá-íamos a sociedade"

Louise L. Hay, 2001

